

Reprodução

## a constituição que queremos deve:

\* ser curta, para que todos possam ler, entender e seguir

\* possibilitar uma justiça rápida, eficiente

\* impossibilitar que existam leis discriminatórias a favor de grupos de cidadãos, exceto inválidos ou incapazes

\* permitir que qualquer cidadão acio-

\* impedir o acesso a empregos nos governos, autarquias e empresas públicas sem concurso

Brasil da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração dos Direitos da Criança - da ONU

Se você concorda com esses pontos, tire cópias e envie ao seu deputado e senador ou à Presidência da Constituinte - Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes - Gabinete da Presidência - CEP.71.160 - Brasília - DF. Se quiser colaborar na campanha entre em contato conosco pelo telefone 011 - 815.3988. Esta é uma iniciativa supra partidária.

## Cidadão tenta participar

### Ele imprime 3 mil folhetos com idéias para a Constituinte

SÃO PAULO — Ao se sentir revoltado por "não estar participando em nada" da elaboração da nova Constituição do Brasil, o consultor de empresas Mario Ernesto Humberg, ex-membro do antigo MDB, resolveu imprimir as suas opiniões sobre o que deveria ser a verdadeira Carta Constitucional, num folheto que está sendo entregue a lideranças de grupos sociais e aos próprios deputados e senadores.

— A Constituição que queremos deve: — assim começa a classificação dos itens importantes para Humberg, que julga o atual processo de elaboração da nova Carta Magna mais preocupado com os efeitos políticos do que com os verdadeiros anseios populares.

No folheto, levanta pontos que julga importantes na Constituição, como a redu-

ção do número de artigos — "para simplificar a sua compreensão" — a necessidade de agilização da Justiça brasileira e um maior vínculo dos deputados com as regiões do país, para aproximá-los dos seus eleitores.

**O óbvio** — "São propostas óbvias mas necessárias, e eu, como cidadão, me senti na obrigação de remetê-las", diz Humberg.

Nessa sugestão à Constituinte, que tem a tiragem de três mil exemplares, Humberg pretende também que a nova Carta restrinja os direitos do governo, tornando obrigatório o aval do Congresso para toda grande decisão do Executivo e determinando que os recursos públicos estejam, em todos os casos, sob os olhares atentos do Legislativo. Além disso, as sugestões de Humberg tocam em pontos polêmicos, como a reforma agrária.

A restrição ao trabalho — ou seja, o fim de imposições do tipo do diploma de curso superior para o exercício profissional — e a discriminação aos militares e políticos com relação aos impostos são outros pontos abordados pelo consultor de empresas.

Agrária. As sessões extraordinárias interrompem no final de semana e recomeçam no dia 11, com tempo destinado à Economia, Propriedade e Definição de Empresa Nacional. O dia 12 será reservado aos Direitos dos Trabalhadores, inclusive de greve, assim como Autonomia Sindical e, no dia 13, o debate será sobre o sistema de governo a ser adotado, se parlamentarismo ou presidencialismo.

No dia 18, o tema será Sistema Eleitoral; no dia 19, Reforma Urbana; no dia 20, Saúde e Previdência, e no dia 21, o Poder Judiciário. O deputado Aldo Arantes, autor da proposta das sessões extraordinárias, voltou a lembrar a importância de sua realização: "As galerias poderão acompanhar as discussões e ficará claro o que cada um e cada partido quer nessa Constituinte."

Na sessão de ontem, a oitava destinada aos debates dos temas constitucionais, mais uma vez o plenário estava vazio, com menos de 50 parlamentares durante todo o tempo. Os oradores falaram sobre os mais diversos temas — desde Hugo Napoleão, que discursou sobre parlamentarismo, passando por Hermez Zanetti que falou de educação, e Virgildásio Senna, que discorreu sobre a ordem econômica.

## Projeto de decisão marca eleição direta para 1988

Arquivo — 29/6/87

BRASÍLIA — O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) já tinha ontem, às 18h30min, 181 das 187 assinaturas necessárias para apresentar à Constituinte projeto de decisão determinando que as eleições presidenciais sejam realizadas a 15 de novembro do ano que vem. O constituinte explicou que para elaborar seu projeto consultou o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), sobre a legalidade da iniciativa. Segundo ele, a resposta foi positiva.

Conservadores e progressistas de quase todos os partidos assinam o projeto e, dentro do PMDB, ganhou as assinaturas dos deputados Domingos Leonelli (BA), que dirige o Movimento Unidade Progressista, e se prepara para abandonar o partido, Max Rosenmann (PR), ligado ao senador José Richa, que defende os cinco anos, e Basílio Vilani (PR), ligado ao Centro Democrático e ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. O senador Afonso Camargo (PMDB-PR), que defende os quatro anos, também assinou o projeto.

**Outros partidos** — Pelos conservadores dos demais partidos, aparecem a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Jorge Arbage (PDS-PA), José Maria Eymael (PDC-SP), Konder Reis (PDS-SC) e Waldir Campello (PFL-DF).

Na justificativa do projeto Arnaldo Faria de



Sandra assinou proposta

Sá alega que a indefinição do mandato de Sarney está prejudicando os trabalhos da Constituinte. Segundo ele, isso ficou claro na polarização dos debates em torno do assunto enquanto questões vitais como a reforma agrária, ficaram esquecidas.

Pelo parágrafo 7º do artigo 59 do regimento interno da Constituinte, os projetos de decisão destinam-se a suspender a vigência de medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões do plenário. Para o constituinte do PTB paulista, a indefinição do mandato se enquadra no espírito desse parágrafo.

**Caça às bruxas** — Todos os seis secretários do governo do Território do Amapá, filiados ao PMDB, foram demitidos pelo governador Jorge Nova da Costa porque a representante do partido na Constituinte, deputada Raquel Capiberibe, resolveu assumir uma posição crítica em relação ao governo federal. Esta foi a justificativa dada pelo governador à deputada, transmitida ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Acompanhada do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), Raquel foi ao gabinete de Ulysses denunciar a operação "caça às bruxas" aos pemedebistas que não votaram com o governo na convenção do partido. Ulysses informou que iria conversar com o governador para pedir a anulação das demissões.

**Acordo** — O prefeito Roberto Saturnino Braga marcou para o próximo dia 31, na última sexta-feira deste mês, a sua primeira reunião com os representantes de partidos de esquerda, que se recusam a funcionar como satélites do PDT ou do PMDB. O encontro será no seu próprio gabinete, no Palácio da Cidade, e contará com a presença de políticos do PSB, PCB e PC do B. Nos últimos dias, Saturnino estreitou seus contatos com o deputado Godofredo Pinto, do PSB, que foi o primeiro presidente do Centro de Professores do Estado do Rio (Cep), o que deixa antever, para seus principais assessores, que embora sem pressa de oficializar uma nova filiação partidária, desde que se desvinculou do PDT, ele se encontra bem próximo da legenda socialista.

## Senador quer cargos e fica insatisfeito porque Arraes falha

RECIFE — O senador Antônio Farias do Partido Municipalista Brasileiro (PMB-PE), que integrou a frente popular que elegeu Miguel Arraes, admitiu que há uma insatisfação entre deputados e prefeitos com relação ao governador. Devido ao atendimento de suas reivindicações, principalmente quanto ao preenchimento de cargos comissionados.

Cauteloso e dizendo sempre que Arraes, com sua experiência, vai contornar esse problema, Farias — que já foi da Arena, do PDS e integrou a chapa do PMDB sob protesto da ala progressista do partido, por sua condição de usineiro e malufista — admite que as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país poderão atrapalhar Arraes, fazendo com que o governador não execute as obras e os programas que estão previstos na sua administração.

O senador Antônio Farias não citou nomes mas sabe-se que na semana passada o prefeito de Palmares — um dos mais importantes municípios da Zona da Mata — Luís Portela, desligou-se do PMDB, irritado por não ver seus pedidos atendidos. Em Serra Talhada, no sertão pernambucano o seu principal representante, o deputado estadual Argemiro Pereira — que era do PFL e passou para o PMB — continuava muito irritado com o não preenchimento de cargos comissionados para os quais ele havia indicado pessoas de sua confiança.

Em Petrolina, também no sertão pernambucano, um grupo de militantes fundadores do PMDB, insatisfeitos com a demora do atendimento de suas reivindicações, se desentendeu com o deputado federal Fernando Coelho — ex-PFL e hoje, PMDB — rompeu com o partido e criou no município o PSB, partido que não aderiu a Arraes nas últimas eleições.

## Liderança do PMDB entra na negociação de temas polêmicos

BRASÍLIA — O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, vai participar, na próxima quarta-feira, da reunião do grupo interpartidário — originariamente formado pela chamada ala moderada do PFL e setores progressistas do PMDB — que procura uma solução negociada para os pontos polêmicos da Constituinte. Fernando Henrique esclareceu que sua participação não terá caráter individual, mas representará o partido.

"Conversei com Ulysses, que está de acordo. Ele acha que o grupo é bom e está fazendo um trabalho importante", disse o senador. Fernando Henrique aprova a estratégia adotada nas negociações até agora — eliminar os pontos em que o acordo é impossível, para se concentrar nas questões nas quais há possibilidade de se chegar a consenso.

**Hora do acordo** — Fernando Henrique considera a adesão crescente de parlamentares de diversos partidos às negociações como uma demonstração de que estão amadurecendo as condições para se obter acordos na maioria dos temas. Além da chamada ala moderna do PFL e dos progressistas do PMDB, parlamentares do PDS, como o senador Virgílio Távora, já estão participando. O deputado Vivaldo Barbosa (RJ), pelo PDT, e o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, decidiram também tomar parte da articulação.

"Há assuntos complicados mas não delicados", disse o senador, a respeito dos temas em discussão no grupo: reforma agrária, questão urbana, anistia, sistema tributário, definição de empresa nacional, presença do estado na economia, estabilidade e semana de 40 horas de trabalho. "Até meados de agosto, com a negociação, vamos poder bater o martelo com um projeto de Constituição moderna", assegurou.

Na segunda-feira, ele, Ulysses, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e o jurista Miguel Reale Jr. mantiveram uma reunião que chegou a ser interpretada como um indicio de que o PMDB apresentaria um projeto partidário de Constituição. O senador esclareceu que a reunião teve um caráter mais institucional, visando o funcionamento da Constituinte.

## Covas e Lourenço silenciam sobre convocações extras

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães encaminhou aos líderes dos partidos a proposta de pauta feita pelos deputados Bocayuva Cunha (PDT-RJ), Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e Aldo Arantes (PC do B-GO) para as sessões extraordinárias da Constituinte. Até ontem, os líderes do PMDB, senador Mário Covas, e do PFL, deputado José Lourenço, não haviam comunicado à Mesa se aceitavam ou não a realização dessas sessões.

O deputado Plínio Arruda Sampaio, o maior defensor da organização prévia dos assuntos que devem ser discutidos, disse que o PMDB e o PFL é que decidirão "se a Constituição será feita através de debate ou se a Constituinte irá trabalhar em silêncio, através do cochicho pelos corredores. Nós já negociamos muito. Como não foi aceita a nossa proposta de uma pauta prévia para as sessões normais, o deputado Aldo Arantes fez a proposta de conciliação, que é a convocação de sessões, e apresentamos a sugestão de pauta, através do deputado Bocayuva Cunha."

**Temas** — Pela sugestão, que está sendo analisada pelos líderes, a discussão começa dia 4 de agosto, e o tema é Educação. No dia 5, o assunto será Estados e Municípios, e no dia 6, Reforma